



RESOLUÇÃO CEE Nº 036/2012

Fixa normas para as Escolas da Educação Básica, vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino, referentes à obrigatoriedade da publicação e divulgação dos atos de credenciamento e autorização da Escola e dos Cursos, para conhecimento público dos atos legais da Instituição pelo Poder Público

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XIV do artigo 25, do Regimento Interno e do Inciso I do artigo 7º da Lei nº 9394/96 e, do Parecer CEE nº 068/2012,

R E S O L V E:

Art. 1º Esta Resolução fixa normas, estabelecendo a obrigatoriedade da publicação e divulgação para o conhecimento público dos atos legais de Credenciamento da Instituição e Autorização dos Cursos de Educação Básica, devidamente autorizada pelo Poder Público de conformidade com a legislação vigente.

Art. 2º As informações relativas à publicação e divulgação dos atos oficiais autorizativos da Escola/Cursos de Educação Básica da Instituição, serão estruturadas e afixadas em local de grande circulação da Escola, com divulgação nos folders de campanha de matrícula e, disponibilização na página da internet, caso a Instituição possuir, objetivando o amplo conhecimento público, e, especialmente da comunidade escolar.

Art. 3º Da publicidade e divulgação deverão constar as seguintes informações:

I. Nome da Instituição (mantenedora) e respectivo CNPJ.

II. Nome da Escola e respectivo ato de credenciamento e autorização dos Cursos, contendo o número e data do(s) Parecer(es) aprovado(s) pelo Conselho Estadual de Educação.

III. Decreto Estadual de homologação do(s) Parecer(es) e, número e data da publicação do Decreto no Diário Oficial do Estado.

IV. Endereço completo para o qual a Instituição foi autorizada pelo respectivo Parecer do Conselho Estadual de Educação.

§ 1º Os Cursos aprovados por Portaria de Autorização por ato da Secretaria de Estado da Educação, quanto à publicidade, obedecerão igualmente aos critérios acima sugeridos.

§2º Cópia deste documento com as informações elencadas no caput, será entregue a todos os pais ou responsáveis pelos alunos no ato da primeira matrícula do (a) aluno (a) na Instituição.

Art. 4º A contar da publicação da presente Resolução, a Instituição terá o prazo de até 30 (trinta) dias, para dar o devido cumprimento ao estabelecido.

Art. 5º O descumprimento das normas estabelecidas, sujeita à Instituição as seguintes penalidades:

- I. Advertência.
- II. Suspensão temporária de novas matrículas.
- III. Descredenciamento da Instituição, cessando os efeitos dos Pareceres de autorização dos Cursos.

Parágrafo único. A aplicação de penalidade prevista do inciso II e III, será precedida da instauração de processo próprio de apuração, observado o contraditório e ampla defesa prevista na legislação.

Art. 6º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Florianópolis, 10 de abril de 2012.

Maurício Fernandes Pereira
Presidente do Conselho Estadual de Educação
de Santa Catarina